

• Política

Auc

CONSTITUINTE

Subcomissão de Sistema Financeiro agenda consultas sobre juros

por Francisca Stella Fogó de Brasília

Pérsio Arida, Mário Henrique Simonsen, Maria da Conceição Tavares, Edmar Bacha, Paulo Rabello de Castro, Carlos Lessa e Bulhões Pedreira integram uma relação de catorze nomes que a Subcomissão de Sistema Financeiro da Constituinte pretende consultar na busca de modelos destinados a reduzir a carga de juros sobre a produção. Dos catorze, oito serão ouvidos na próxima quarta-feira.

No dia seguinte, serão marcadas audiências com representantes dos bancos estatais e privados: Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, BNDES, BNCC, Banco Central, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste, Febraban, Fenaban, Associação Brasileira dos Bancos Comerciais e Associação de Bancos Comerciais Estaduais (Asbace).

Na avaliação do deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), relator da subcomissão, as audiências públicas com especialistas e com instituições terão particular importância na Subcomissão de Sistema Financeiro. Na Constituição em vigor, não há dispositivo algum que trate do assunto. Tampouco o anteprojeto da comissão Affonso Arinos estabelece qualquer disciplina além da previsão genérica de que compete à União a emissão de moeda. As referências no direito constitucional brasileiro são extremamente escassas, razão por que, conforme Gasparian, a comissão deverá desenvolver um intenso trabalho criador.

Para a audiência de quarta-feira, a subcomissão deverá convidar também o presidente do Depar-

tamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), Walter Barelli, os juristas Osny Duarte Pereira e Fábio Konder Comparato, os economistas Paulo Rabello de Castro, Dércio Munhoz, Celso Martoni, Antonio Barros de Castro e Carlos Langoni. Figuram também entre os convidados, Inácio Rangel e Paulo Bonavides.

Em essência, conforme ficou decidido pela subcomissão, os convidados deverão responder a duas indagações. Em primeiro lugar, o que julgam importante na área financeira para figurar no novo texto constitucional. Em segundo lugar, deverão expor suas opiniões sobre como o sistema financeiro poderá onerar menos a produção.

Gasparian, empresário conhecido por suas posições em defesa do capital nacional, proprietário da editora Paz e Terra, cassado nos seus direitos sindicais em 1969, quando era presidente do Sindicato da Indústria Têxtil em São Paulo, tem a convicção de que a nova Constituição deverá fixar um teto para a cobrança de juros.

As instituições financeiras, segundo Gasparian, devem ser impedidas por dispositivo constitucional de cobrar juros superiores a 12% ao ano. A proposta, que pretende defender em todas as instâncias de votação previstas no regimento da Constituinte, é inspirada na Lei de Usura, editada na década de 30, durante o governo de Getúlio Vargas. Naquela época, pondera o relator da subcomissão, o Brasil conheceu taxas de crescimento de 40% anuais, quando o cenário internacional era recessivo.

O ponto de partida da subcomissão de tributos

por Francisca Stella Fogó de Brasília

Os membros da subcomissão de tributos, participação e distribuição das receitas da Constituinte estão especialmente interessados em conhecer em detalhes a proposta de reforma concluída no início deste ano por uma comissão interministerial. A comissão, presidida pelo ex-ministro João Sayad, trabalhou durante dois anos no projeto, concebido pelo ex-presidente Tancredo Neves, para fornecer subsídios à Constituinte.

O economista Fernando Rezende, que coordenou os trabalhos da comissão interministerial, foi convidado ontem pelo presidente da subcomissão, deputado Benito Gama (PFL) para expor a proposta aos constituintes. O encontro deverá ser marcado para amanhã da próxima quarta-feira.

A tarde, os membros da subcomissão pretendem ouvir o jurista Geraldo Ataliba, ligado ao movimento municipalista, e o economista Carlos Alberto Longo, professor da Universidade de São Paulo.

A programação traçada ontem pela subcomissão prevê também audiências na próxima quinta-feira com outro integrante da co-

missão interministerial de reforma tributária, o jurista Alcides Jorge Costa. Serão também convidados para quinta-feira os tributaristas Pedro Jorge Vianna, Hugo Machado e Orlando Caliman.

Para a manhã de sexta-feira da próxima semana estão previstas audiências com os tributaristas Edvaldo Brito e Souto Maior Borges e com diversas entidades, entre elas a Frente Municipalista Brasileira, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), a Associação Brasileira de Municípios (ABM), a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), e associações de prefeitos das capitais.

No sábado, 25 de abril, a subcomissão programou um encontro com o secretário da Receita Federal, Guilherme Quintanilha de Almeida. No domingo, 26 de abril, serão ouvidos secretários estaduais de Fazenda, secretários de Finanças das Capitais e representantes de funcionários fazendários.

A subcomissão programou também debates com os juristas Ives Gandra da Silva Martins e Gilberto de Ulhoa Canto para o dia 29 de abril. Para o dia 30, programou um encontro com o ex-ministro Mário Henrique Simonsen.

BARBARA